



ESCOLA PROFISSIONAL AGRÍCOLA D. DINIS - PAIÃ



AVALIAÇÃO EXTERNA APRESENTAÇÃO

Outubro 2009

Nota Histórica

A Escola Profissional Agrícola D. Dinis é uma das mais antigas escolas agrícolas do país. Foi criada em 1917, às portas da capital, com o nome de “Escola Profissional de Agricultura do Distrito de Lisboa”, por deliberação da Junta Geral do Distrito de Lisboa.

A sua história, rica de experiências e de sucessos, encerra as vicissitudes e sobressaltos que acompanharam o desenvolvimento do Ensino Técnico e Profissional ao longo do século XX. No passado recente e em consequência da conversão da “Escola Secundária D. Dinis-Paiã” em “Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã”, ocorrida em 17 de Abril de 1995, com a publicação da Portaria nº 317/95 de 17/4, retomou a sua missão de formar/qualificar técnico-profissionais de nível III, para responder às necessidades do tecido económico do país e da região em que se insere.

Pesem embora as mudanças, por que passou, a Escola continua a ser procurada por alunos de todo o país e a ser prestigiada entre as suas congéneres e entre as empresas e os agentes económicos que se movem nas áreas de actividade que têm afinidade com o ensino ministrado. É uma escola viva, renovada com capacidade para enfrentar as exigências do presente e os desafios do futuro.

1. CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESCOLA

1.1 Contexto físico e social

Sedeada no extremo SW do concelho de Odivelas, freguesia da Pontinha, lugar de Paiã, acolhe alunos originários de vários concelhos e regiões. Cerca de 80% dos alunos que frequentam a escola, residem no concelho de Odivelas e concelhos limítrofes, mas a existência de instalações para acolhimento de alunos em regime de internato - actualmente acolhe 26 alunos de um total de 328 – e de bons meios de comunicação permite a frequência da escola por parte de alunos oriundos de outras localidades.

As características e origens sociológicas das famílias dos alunos, sendo diversificadas não causam impactos significativos ao nível da organização escolar, embora a recente aposta, na oferta de cursos de educação formação (CEF), aconselhe especial atenção por parte do pessoal docente e não docente e a adopção de estratégias diversas das adoptadas para a generalidade dos alunos dos cursos profissionais. Efectivamente, muitos daqueles alunos, com percursos

anteriores de grande insucesso, sem hábitos de trabalho, sem motivação para o estudo, provenientes na sua maioria de famílias com fracas habilitações, por vezes desestruturadas e ausentes, exigem da parte da escola respostas diferenciadas e a intervenção de técnicos especializados nomeadamente ao nível do apoio pedagógico e do ensino especial.

1.2 Dimensão e condições físicas da escola

A Escola dispõe de um espaço agrícola com cerca de 63 ha constituído pelo sector vegetal (culturas arvenses, hortofrutícolas, arbóreo-arbustivas -), sector da pecuária, sector das oficinas tecnológicas e sector social e de serviços. Este último é constituído por estruturas e espaços onde funcionam os serviços de aulas, de restauração (bufetes e refeitório), de internato e de administração escolar.

Para desenvolver a actividade escolar, existem 20 salas de aula, uma biblioteca, quatro laboratórios, oficinas tecnológicas (adega, queijaria, destilaria, fumeiro, e outras), anfiteatro e campos de jogos ao ar livre, distribuídos por três núcleos escolares (Paiã, Museu, Centro Escolar). As aulas práticas são ministradas em salas específicas, laboratórios, na exploração agro-pecuária no campo ou em instalações como a vacaria, pocilga, o ovil, a oficina de mecanização, os picadeiros, as estufas, etc.

A grande dispersão dos sectores é um factor que condiciona fortemente a organização e funcionamento mas considera-se que a escola é estrutural e fisicamente adequada à especificidade do ensino ministrado e às exigências de espaço características de uma população juvenil.

No que se refere aos níveis de educação e ensino ministrados, a diversidade existente na escola resulta sobretudo da oferta (recente) de CEFs (4 turmas) e de cursos profissionais de nível III (catorze turmas) e até ao momento não têm sido problemáticos. O número de alunos (329) parece-nos o adequado à actual capacidade de acolhimento e ao quadro de pessoal docente. O número de alunos por turma, situado sensivelmente no valor estabelecido para os cursos, não produz impactos negativos.

As instalações respondem satisfatoriamente, no que à qualidade e segurança diz respeito. No entanto, a antiguidade, de alguns dos edifícios e instalações, torna necessária uma intervenção, pela tutela, a médio ou curto prazo (nas situações mais críticas) para além das muitas que têm sido levadas a cabo pela Escola.

Entendemos que a escola está razoavelmente dotada de infra-estruturas para o desenvolvimento das actividades escolares e serviços de apoio. Há no entanto necessidade de construção de um pavilhão gimnodesportivo, para a prática da

Educação Física, para além da já referida conservação e adaptação de algumas instalações.

1.3 Caracterização da população discente

O conjunto de alunos originários de famílias socioeconómica e culturalmente desfavorecidas, com fracas habilitações literárias, é significativo e poderá explicar percursos escolares de acentuado ou relativo insucesso e de abandono. A oferta formativa, limitada a CEFs (64 alunos) e Cursos Profissionais (264 alunos) conduz a que a escola seja maioritariamente procurada por alunos com fraca apetência pelo ensino teórico, científico e de investigação, que após percursos mais ou menos difíceis, são orientados para, ou buscam, a frequência desta formação.

Em alguns casos constata-se que os pais e encarregados de educação manifestam pouco interesse pela vida escolar dos seus filhos e educandos, não percebendo a importância da formação, e da educação na integração dos alunos na sociedade. No sentido de inverter esta situação têm-se promovido e facilitado contactos regulares dos encarregados de educação com a direcção da escola, directores de curso e directores de turma.

A diversidade linguística, cultural e étnica dos alunos não representa um factor limitativo do desenvolvimento das actividades escolares e da respectiva formação pessoal. Pelo contrário, verifica-se que contribui para o enriquecimento e para a formação de personalidades mais equilibradas e estruturadas de todos os alunos.

A falta de assiduidade e especialmente de pontualidade são problemas com algum significado embora não particularmente graves. Alguns dos alunos que procuram esta escola, não interiorizaram a importância de conceitos como assiduidade, pontualidade, responsabilidade, civismo ou cooperação. Os directores de turma, a psicóloga e os professores desenvolvem acções permanentes no sentido de sensibilizar e educar os alunos para o cumprimento das regras e para valores de cidadania.

Uma parte significativa, mas minoritária da população discente -cerca de 32% são subsidiados pela Acção Social Escolar - apresenta carências significativas em termos económico-sociais que por vezes estão associadas a situações de famílias desestruturadas, de desemprego e com fracas expectativas face à escola e ao futuro.

Neste meio socioeconómico, a eficácia da intervenção resultará de uma acção de apoios directos ao aluno e simultaneamente de um trabalho conjunto com os pais e encarregados de educação pelo que a escola e, em particular, os directores de turma têm tido a preocupação de estabelecer pontes com as famílias no sentido de ultrapassar as dificuldades.

1.4 Pessoal docente

O corpo docente da escola é estável – 66% (41 num total de 62) pertence ao quadro – e qualificado, com muita experiência profissional. Apenas em alguns grupos de recrutamento e áreas especializadas há necessidade de recorrer ao recrutamento, anual ou plurianual seleccionando-se os mais qualificados, experientes e com ligações ao mercado de trabalho. É portanto, na grande maioria um corpo docente identificado com a Escola. O Departamento de Matemática e Ciências Experimentais comporta a maioria dos professores (48, onde se incluem os de técnicas especializadas)

A distribuição de serviço docente é feita em consonância com o estabelecido nos normativos legais, com os departamentos curriculares e direcção dos cursos e obedece ao seguinte conjunto de critérios:

- Adequação da formação académica, profissional e pessoal dos docentes às exigências das matérias a leccionar e às características dos cursos e turmas;
- Continuidade pedagógica quando possível;
- Desempenhos verificados em anos anteriores;
- Experiência, qualificação e disponibilidade para o desempenho de cargos de gestão intermédia e para integrarem projectos;
- Capacidade de liderança e trabalho em equipa.

O empenhamento e a assiduidade da maioria dos docentes desta escola são bons e têm sido determinantes no cumprimento dos planos curriculares e dos sucessivos planos de actividades. Esse facto e a grande disponibilidade de muitos deles para integrarem projectos, dinamizarem actividades, propor e assumirem permutas e substituições em situações de ausência de colegas e representarem a escola nas várias iniciativas junto da comunidade, constituem uma considerável mais-valia no desempenho da instituição.

1.5 Pessoal não docente

Consideramos este, um dos pontos mais sensíveis da instituição. O número insuficiente de assistentes operacionais é um constrangimento de tal ordem grave que pode, a qualquer momento, pôr em risco o funcionamento e a segurança da escola. Esta situação é tanto mais grave quanto se sabe que é necessário assegurar o acompanhamento diário (nocturno e diurno e também aos fins de semana e feriados) de várias actividades em curso. A dimensão física da escola, a dispersão dos diferentes serviços, o internato masculino e feminino, as culturas agrícolas instaladas, o efectivo pecuário existente e os horários de execução de determinadas tarefas, exigem um número de funcionários que não é compatível com os rácios adoptados para a generalidade das escolas. A exigência de grande

polivalência para o desempenho de múltiplas funções constitui também um constrangimento ao nível do pessoal não docente.

A precariedade do vínculo laboral e as situações remuneratórias actuais, bem com as perspectivas de futuro, são ainda factores que dificultam os desempenhos e a permanência na escola de funcionários não docentes, em particular dos que desempenham funções na exploração agro-pecuária e no serviço de vigilância nocturna.

Os funcionários administrativos estão agrupados nas áreas de:

- Alunos (2)
- Pessoal (1)
- Contabilidade (2)
- Chefe dos Serviços Administrativos

Os assistentes operacionais – antigas categorias de AAE, Auxiliares Técnicos, Auxiliares Agrícolas, Tratadores de Animais e Tractoristas - estão organizados da seguinte forma:

- Bufetes (4) - para três espaços físicos
- Vigilância do internato e guardas noturnos (2+2)
- Reprografia e papelaria (1)
- Biblioteca CRE (1)
- Serviço de apoio às aulas (5)
- Serviço de telefone (1)
- Serviço de limpeza ao internato e edifício administrativo e espaços exteriores (4)
- Laboratórios e oficinas tecnológicas (1 auxiliar técnico e 1 assistente operacional)
- Armazém (1 fiel de armazém)
- Exploração agrícola (2, um deles frequentemente em baixa médica)
- Exploração pecuária (2)
- Coordenação dos assistentes operacionais (1)
- Tractoristas - motoristas de pesados (2)

O pessoal não docente evidencia, no geral, elevado nível de assiduidade. Associada à assiduidade é de sublinhar a abertura para cooperar em actividades e áreas que manifestamente se situam fora do conteúdo funcional a que estão obrigados. A intervenção dos funcionários afectos ao serviço de aulas, administrativos, ou de restauração, em actividades agrícolas ou de manutenção e recuperação de edifícios e equipamentos, ilustra essa postura.

1.6 Recursos financeiros

Consideramos que o financiamento é satisfatório. Apenas o facto de não se verificar por parte da tutela uma acção de conservação e melhoria permanente

das instalações e de aquisição de novos equipamentos, dificulta a tarefa de gestão financeira. Efectivamente para garantir a conservação de edifícios e equipamentos bem como para proceder às remodelações e adaptações de espaços e infra-estruturas é necessário gerar receitas muito significativas o que é feito de várias formas entre elas a venda de bens e a prestação de serviços. O funcionamento é assegurado pelo Orçamento de Estado (352.100 euros) e pelas receitas próprias (244.148,47 euros).

As opções orçamentais decorrem em primeiro lugar das necessidades ditadas pelas despesas associadas ao funcionamento e em segundo lugar das actividades e projectos consignados no plano de actividades aprovado em Conselho Geral. Na elaboração do plano são ouvidos o Conselho Pedagógico, o Conselho Técnico e os diferentes serviços da escola nomeadamente as direcções de instalações. O Conselho Administrativo toma as opções orçamentais tendo em conta as orientações e as necessidades dos órgãos e serviços referidos.

2. O PROJECTO EDUCATIVO

2.1 Prioridades e objectivos

A missão da escola, conforme consta do projecto educativo, consiste em formar técnicos qualificados de nível 2 e 3 nas áreas abrangidas pelo seu projecto curricular, através do desenvolvimento de uma acção educativa em sentido lato e em torno de três eixos: o da formação, o dos recursos tecnológicos e o da educação - formação profissional. Pretende-se portanto que a escolaridade se desenvolva no seio de uma cultura científico-tecnológica e socioprofissional humanizada e humanizante para a construção de novos valores de cidadania em geral e numa dinâmica que implica uma formação contínua e adaptada de todos os agentes educativos. A formação será assim de largo espectro contemplando os alunos, os professores, o pessoal não docente, os pais e encarregados de educação e a comunidade.

As finalidades e metas específicas para o período de vigência do actual projecto educativo centram-se, essencialmente, no sucesso e abandono escolar, na assiduidade/pontualidade dos alunos, na empregabilidade/prosseguimento de estudos, na interacção escola famílias e no reforço da interacção Escola – Comunidade Profissional. Para atingir estas finalidades / metas estabeleceram-se as seguintes prioridades:

- Criar condições facilitadoras do sucesso escolar de cada aluno, minimizando o abandono e a exclusão escolar;
- Preparar a comunidade educativa para a construção e vivência da autonomia responsável da Escola;

- Optimizar as condições para fazer da Escola uma instituição educativa de referência, com identidade própria, interveniente e respeitada na comunidade local e regional, bem como a nível nacional.

Estabeleceu-se ainda:

- Na área da organização curricular/oferta educativa, o objectivo de garantir a adequação da oferta formativa às solicitações/necessidades da comunidade e dos cidadãos que a procuram;
- No âmbito do espaço físico e das infra-estruturas: - Proporcionar melhores condições de trabalho e maior agradabilidade no uso dos espaços e instalações; - Criar novas valências na utilização de espaços e instalações por parte da comunidade escolar e da comunidade envolvente;
- Na área da estrutura organizacional, adequar a estrutura da organização às suas especificidades e às exigências de uma administração moderna e eficaz (como por ex: na subdivisão dos departamentos curriculares e na criação de gabinetes de apoio no âmbito disciplinar e das relações com o meio envolvente);
- Na área dos recursos humanos, adequar os recursos humanos às exigências do processo de ensino e do funcionamento dos diferentes sectores;
- Na área da qualidade educativa e dos saberes e da dimensão ética e social do ensino: - Promover o domínio das literacias; - Melhorar o sucesso escolar e reduzir o abandono; - Promover a empregabilidade;
- No âmbito do clima e da cultura de escola: - Fazer da escola um local agradável para aprender e ensinar, num ambiente amigável, familiar e seguro; - Envolver os membros da comunidade escolar na vida da escola participando nos processos conducentes à tomada de decisão;
- Na área da ligação à comunidade: - intensificar e fortalecer a cooperação e interacção entre a escola e a comunidade através da celebração de protocolos e desenvolvimento de projectos conjuntos;
- No âmbito da avaliação institucional: - melhorar o desempenho da escola nas diferentes áreas de actuação ultrapassando os constrangimentos evidenciados pela aplicação de um processo de avaliação sistemático e contínuo que envolve os diversos agentes educativos.

2.2 Estratégias e planos de acção

Para o desenvolvimento educativo, privilegiamos:

- A implementação de metodologias e práticas de ensino adaptadas à especificidade dos cursos e aos contextos social e profissional;

- A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, através da participação activa nos diversos órgãos de coordenação pedagógica, nomeadamente nos conselhos de curso, departamento e de turma;
- A dimensão ética e cultural da educação e da formação e o desenvolvimento de valores de cidadania e empreendedorismo;
- A adequação da oferta educativa adaptada às necessidades da comunidade e do mercado de emprego;
- As medidas de apoio e acompanhamento, normalmente aos alunos com dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas especiais (aulas de apoio e de compensação);
- A formação continua de docentes e não docentes
- O apoio social e o aconselhamento e orientação vocacional dos alunos para a empregabilidade ou para o prosseguimento de estudos.

Para além das acções/ actividades inerentes ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, no âmbito do cumprimento integral dos planos de estudos dos cursos e de acordo com as orientações constantes dos respectivos programas, são ainda preconizadas/desencadeadas as seguintes acções:

- Aprofundar a cultura organizacional, otimizando um planeamento estratégico adequado à missão da escola através da participação da comunidade escolar nos órgãos de gestão e coordenação, a nível individual e colectivo
- Desenvolvimento de uma formação prática e experimental, procurando simultaneamente o reforço prioritário do sucesso escolar na língua materna, segunda língua, matemática e áreas técnicas, recorrendo ao uso sistemático e diversificado das tecnologias de informação e comunicação;
- Fomento de redes de planeamento escolar e de apoio educativo entre a escola e a comunidade;
- Apoio à inovação e à investigação mediante a adopção de boas práticas docentes;
- Promoção da educação física e do desporto escolar;
- Promoção da saúde escolar e prevenção e combate ao consumo de substâncias aditivas, lícitas e ilícitas;
- Incentivar a formação e especialização dos docentes
- Realização de “Semanas temáticas” (semana da matemática, das ciências, etc.,)
- Promoção de uma reflexão fundamentada no âmbito diversos órgãos, com vista à definição de estratégias e actividades adequadas às características das turmas e dos alunos;
- Produção de documentação e materiais adaptados para utilização pelos alunos em contexto pedagógico e de avaliação, dada a inexistência de manuais em muitas disciplinas/módulos;

- Desenvolvimento de projectos em várias áreas da vida escolar e da comunidade, por vezes em cooperação com outras instituições, motivando os intervenientes para a criatividade, para a partilha e para a participação na sociedade;
- Intensificação de contactos com as empresas e com o mundo do trabalho;
- Dinamização de iniciativas culturais, cívicas e desportivas;
- Sessões dinamizadas pelo SPO com vista a resolução de problemas individuais ou comuns e a ajuda na clarificação dos percursos à saída da escola;
- Dinamização da Biblioteca/Centro de recursos.

Embora o envolvimento das diferentes estruturas e órgãos de administração e gestão no processo educativo e no funcionamento da instituição, esteja formalmente definido nos normativos legais, muitas vezes também se consubstancia em processos mais flexíveis em que o diálogo permanente e a troca de informações propicia o melhor entendimento e a maior identificação com os objectivos formalmente definidos. Por outro lado a atribuição de responsabilidades, através da delegação de competências aos diferentes actores e órgãos, conduz a um maior envolvimento nas actividades e a uma maior participação nas tomadas de decisão.

Anualmente, é feito um levantamento das necessidades de formação do pessoal docente e não docente, no Conselho Pedagógico que, a partir de informações provenientes dos departamentos curriculares e dos resultados da avaliação do desempenho, sistematiza as necessidades evidenciadas que são posteriormente transmitidas ao Centro de Formação, a que a escola está associada. Dispondo o centro de formação de capacidade limitada de resposta, tem-se tentado colmatar as falhas de formação da seguinte forma:

- Recorrendo ao Centro de Formação a que a APEPA (Associação Portuguesa das Escolas Profissionais Agrícolas) está associada em particular para responder às necessidades de formação técnica especializada;
- Recorrendo à formação na própria escola, nas áreas em que há capacidade para tal;
- Recorrendo a outros centros de formação de forma individualizada;
- Recorrendo a trocas de experiências entre pares dentro ou fora da escola.

3. A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA ESCOLA

3.1 Estruturas de gestão

Considera-se que o funcionamento das várias estruturas e órgãos corresponde globalmente às exigências da instituição. Verifica-se em termos gerais uma cooperação aberta e empenhada entre os diferentes órgãos e estruturas. Esse facto permite desenvolver com bastante eficácia os trabalhos e projectos que lhes são cometidos. De referir como menos positiva a irregular ou fraca participação de alunos, pais / encarregados de educação e de pessoal não docente nos órgãos de gestão em que têm representação, nomeadamente no Conselho Pedagógico.

No que respeita às estruturas de orientação devemos referir que funcionam com autonomia mas em estreita cooperação com vista a responder cabalmente aos problemas emergentes do desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem com grande envolvimento dos seus membros.

3.2 Gestão pedagógica

Para garantir a todos os alunos iguais oportunidades e assegurar a plena integração de todos na comunidade educativa a escola adopta as seguintes acções e medidas:

- Elaboração, nos conselhos de turma, dos Projectos Curriculares de Turma para os Cursos de Educação Formação;
- Definição, em sede de departamento curricular e aprovação em Conselho Pedagógico dos critérios de avaliação de acordo com a natureza das disciplinas/módulos e dos cursos.
- Divulgação dos critérios de avaliação no início da leccionação das disciplinas/módulos;
- Identificação das necessidades de apoios a alunos com dificuldades de aprendizagem
- Implementação das medidas previstas na lei 3/2008
- Actividades extra-curriculares
- Projectos em áreas diversificadas

A supervisão pedagógica e a articulação curricular são desenvolvidas pelos departamentos curriculares e pelos conselhos de curso e conselhos de turma, com acompanhamento pela direcção e pelo conselho pedagógico.

O facto de a maioria dos docentes possuir qualificações profissionais adequadas é um bom ponto de partida na garantia da qualidade científica e pedagógica, garantia essa que é reforçada através do acompanhamento pelos respectivos

departamentos. A planificação e a produção conjunta de materiais pedagógico-didáticos, a nível disciplinar, e o trabalho em equipa propiciam também um trabalho rigoroso e de qualidade.

Relativamente aos professores que apresentam maiores dificuldades no desempenho há a intervenção a nível dos respectivos departamentos, a entreatajuda e o aconselhamento entre pares e ao nível da direcção. A integração dos novos professores é feita pela direcção, directores de curso e coordenadores de departamento, expressando-se também espontânea e informalmente o que contribui decisivamente e numa primeira fase para a facilitação da sua tarefa.

3.3 Procedimentos de auto-avaliação institucional

No que respeita aos resultados escolares, há uma monitorização e avaliação periódica e sistemática por parte dos conselhos de turma, da direcção executiva e do conselho pedagógico

Também ao nível de outros desempenhos como o funcionamento e produções da exploração agrícola e da transformação de produtos agrícolas, os resultados financeiros, o envolvimento em projectos, a celebração de protocolos, etc, há uma avaliação em sede de conselho técnico, conselho administrativo, conselho pedagógico, direcção e conselho geral.

Com a implementação da auto-avaliação através da adopção pela escola do modelo da CAF – modelo já aplicado em 2 fases - tem-se promovido a reflexão no seio da comunidade escolar e tem-se conseguido uma maior participação de toda a comunidade no levantamento das dificuldades e na busca das soluções tendo em vista a melhoria do desempenho da escola. Esta auto-avaliação institucional tem sido operacionalizada por uma equipa que integra o director, membros do pessoal docente, não docente e dos alunos e que desenvolve a sua actividade em sintonia com os órgãos de gestão, sendo apoiada por uma entidade externa que a coadjuva na aplicação do modelo CAF e no tratamento e interpretação dos dados estatísticos.

4. LIGAÇÃO À COMUNIDADE

4.1 Articulação e participação dos pais e encarregados de educação na vida da escola

O órgão de direcção promove no início do ano lectivo reuniões de recepção aos pais e encarregados de educação dos alunos internos e externos dos anos iniciais com a presença de representantes dos órgãos de gestão e da Associação de Pais. Ao longo do ano lectivo é fomentada e estimulada a participação regular dos Encarregados de Educação em particular pelos directores de turma, para acompanhamento e resolução de situações diversas relativas ao percurso escolar

dos educandos. Há ainda a prática da comunicação através do envio de informações escritas referentes ao desempenho escolar dos respectivos educandos e para dar a conhecer as iniciativas desenvolvidas e que necessitam da tomada de conhecimento e ou anuência por parte dos Encarregados de Educação, como a participação em visitas de estudo, em exposições e comemorações como o dia da escola, o dia do diploma, a apresentação das provas de aptidão profissional, actividades de compensação ou outras. Todavia a participação relativa dos pais e encarregados de educação é uma das áreas em que se sente a necessidade de melhoria embora haja variação da participação conforme os eventos ou actividades para que são solicitados. Nas reuniões de início de ano há normalmente grande participação e ao nível dos contactos com os directores de turma pode considerar-se razoável a participação.

4.2 Articulação e participação das autarquias

O relacionamento institucional tem sido forte, cordial e empenhado, buscando a prossecução de finalidades comuns à escola e às autarquias. A autarquia de Odivelas tem tido uma intervenção muito activa e empenhada, tanto no apoio a iniciativas promovidas pela escola, como também através propostas de trabalho por ela definidas e que perspectivam a ligação da escola à comunidade mais alargada. É um dos pontos fortes na cooperação institucional.

As áreas mais privilegiadas na cooperação são a educação em sentido lato, a cidadania, o património - cultural, histórico, edificado - a saúde, o ambiente e a formação para a vida activa,

4.3 Articulação e participação das instituições locais - empresas, instituições sociais e culturais

Há uma participação/colaboração regular de várias instituições locais na formação em contexto de trabalho, no ambiente, na educação para a cidadania, no aproveitamento energético e noutras vertentes da acção educativa da instituição. Instituições com quem a escola estabeleceu protocolos de cooperação, como as Autarquias, a GNR, A Casa Pia de Lisboa, A Beltrão Coelho, A Quercus, A Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, A Cooperativa Agrícola de Loures e muitas outras têm-se constituído como mais-valias importantes no âmbito da colaboração institucional. Considera-se assim que o nível de participação das instituições locais é bastante satisfatório, sendo um contributo importantíssimo na implementação de modalidades de trabalho e desenvolvimento de projectos diversificados. No caso do município de Odivelas são de realçar projectos como o Programa do Urbano ao Rural, O Projecto de Hipo terapia, A Eco pista o Núcleo

Museológico e as Hortas Urbanas (este em início) e o envolvimento empenhado na vida e na gestão da escola no âmbito da aplicação do novo modelo de gestão.

5. CLIMA E AMBIENTE EDUCATIVOS

5.1 *Disciplina e comportamento cívico*

A dimensão ética e social do ensino, merecem especial preocupação, ao nível das intenções – expressas no PE – e ao nível das práticas por parte dos agentes educativos. Há por parte dos professores e auxiliares de educação a preocupação constante em inculcar nos jovens a importância do saber estar em diversos contextos da vida pessoal, social, académica e profissional. Conceitos como o rigor, a solidariedade, autodisciplina, trabalho em equipa e valorização do mérito são sistematicamente transmitidos e postos em prática no desenvolvimento das tarefas escolares e na concretização de projectos em que os alunos participam. Provavelmente, em consequência desse esforço, ao longo dos últimos anos não se têm verificado situações de grave indisciplina ou violência. No entanto com a intensificação da oferta dos cursos de educação formação e com a instalação da crise económica, equaciona-se a possibilidade de um aumento de situações de alguma perturbação no funcionamento da escola. Para obviar a essa hipotética perturbação preconiza-se a intensificação da intervenção do SPO e constituiu-se um grupo de trabalho/gabinete de apoio à direcção e aos directores de turma, no âmbito jurídico/disciplinar. A actuação permanente dos agentes educativos no sentido de promover o cumprimento das normas do regulamento interno e de relacionamento social, em que o respeito mútuo e a educação são sistematicamente valorizados e aplicados são também um instrumento importante para enfrentar o problema da indisciplina e da violência.

5.2 *Motivação e empenho*

No início e ao longo do ano lectivo os alunos são acolhidos e acompanhados pelos directores de turma e de curso, sendo transmitida a informação relativa ao funcionamento, normas de conduta e características da escola. São também alertados para as contingências decorrentes da estrutura física da escola e para as condições em que se vão desenvolver as actividades escolares.

Por outro lado os novos docentes são acolhidos pela direcção na fase de apresentação na escola e posteriormente, através de reuniões gerais de professores e de departamentos, vão sendo integrados na instituição. Dada a dimensão da escola no que à população escolar diz respeito são facilitadas as relações interpessoais e o ambiente quase familiar, propicia uma fácil e rápida

integração. Como forma complementar de integração a Escola recorre à sua página Web, à informação escrita afixada nos locais acessíveis à comunidade e às reuniões dos diferentes órgãos e grupos de trabalho para divulgar a informação ao nível interno e externo. Intermitentemente tem havido também a publicação de um jornal/boletim escolar. Esta é uma das áreas de melhoria indicada no âmbito da auto-avaliação da escola.

6. RESULTADOS

6.1 Resultados académicos

No CEF Tipo 3 que funcionou nos dois últimos anos o sucesso foi próximo dos 100%. Nos cursos profissionais, os resultados escolares são mais fracos, na ordem dos 50% e constituem a mais importante área de melhoria

A avaliação do sucesso dos alunos é feita em sede de conselhos de turma, conselhos de curso, de departamento de conselho pedagógico e de direcção. Sendo os resultados escolares, como já se referiu, um dos problemas da instituição e uma das áreas de melhoria, merece da parte dos diferentes actores e órgãos especial atenção e empenhamento na procura das estratégias mais adequadas para ultrapassar os problemas detectados, que muitas vezes se prendem com a qualidade dos percursos académicos anteriores, com os contextos familiares, e com as limitações intrínsecas dos alunos.

Para fazer o tratamento dos resultados académicos a escola recorre como se referiu a observatórios e à análise estatística. Por isso a acção da escola não se confina apenas ao contexto interno e à intervenção em contexto de aula, avançando também para os contextos exteriores e para o âmbito familiar.

As situações de potenciais abandonos escolares são acompanhadas de forma sistemática pelos directores de turma e de curso, com reflexão em sede de conselhos de turma e de curso, tendo em vista a definição de estratégias que contribuam para evitar o abandono, procurando-se envolver os encarregados de educação e SPO

6.2 Resultados sociais da educação

A Escola recorre a um observatório para fazer o acompanhamento das saídas dos alunos que concluíram os cursos e para aferir da sua empregabilidade e integração no mercado de trabalho ou prosseguimento de estudos.

Através do observatório de saída e através de contactos formais e informais, com as empresas, instituições e agentes económicos que interagem com a escola no âmbito da sua acção educativa tem sido possível aferir o impacto do trabalho

desenvolvido pela escola e tem sido possível seguir o percurso dos alunos que concluem a sua formação na escola. Também através do contacto com antigos alunos que se encontram no mercado de trabalho e colaboram frequentemente com a escola é possível avaliar informalmente a qualidade da inserção dos alunos no mundo do trabalho e na sociedade. Considera-se no entanto que será necessário aperfeiçoar os mecanismos de avaliação com vista à obtenção de dados mais exactos.